



Edição 04– Julho de 2013. Texto
recebido até 06/06/2013 Aceito para publicação
em 30/06/2013

**Biblioterapia e Literatura Infantojuvenil:
Contribuindo para a formação de cidadãos críticos
e seres humanos “mais humanos”**

Sirlene Cristóvão¹
Universidade do Porto

Resumo: Este artigo pretende divulgar a utilização da literatura infantil enquanto promotora da formação da identidade de crianças marginalizadas, além de fazer uma reflexão sobre como a literatura infantojuvenil desponta a possibilidade de educar para incluir, em vez de criminalizar para excluir.

Palavras-chave: Literatura; Educação; Inclusão.

Abstrat: This article aims to disseminate the use of children's literature as a promoter of identity formation of marginalized children, and to reflect on how children's literature emerges the possibility of educating to include rather than to criminalize to exclude.

Key-words: Literature; Education; Inclusion.

Podemos sim fazer a diferença, mesmo que nos achem diferentes! Dê tempo ao tempo! Construa a sua própria personalidade, ou seja, tenha a sua própria maneira de ser, de agir, de pensar e verá que se sentirá muito melhor!

Vá em busca do que você acredita! Não devemos ser valiosas ou queridas, apenas porque somos completamente iguais aos outros, mas sim, pelo que fazemos ou nos tornamos. [...] Ser diferente pode fazer toda a diferença!

(A rosa que não queria ser azul – Sirlene Cristóvão)

¹ Doutoranda em Estudos Literários e Culturas Românicas, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP. Membro do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PEst-OE/HIS/UI4059/2011. Autora de vários artigos científicos de temas relacionados à Educação, Psicanálise, Literatura, Antropologia do Imaginário e Simbologia; também é autora de contos infantojuvenis e poesia.

Introdução

A reestruturação econômica, a evolução das novas tecnologias, assim como a concentração humana no território, incluem-se entre os fatores que segundo alguns estudos das ciências sociais, mais impacto tiveram na alteração do quotidiano familiar e social. Num contexto como o desemprego, a insegurança política, o isolamento do indivíduo, estes fatores de mudanças não só criam nova situação de risco, da criminalidade e à exclusão, como também exigem dos especialistas, novas formas de atenção dessas situações de risco.

A literatura, desde logo na Antiga Grécia, sempre teve um papel catártico e terapêutico: interessarmo-nos pelas histórias de outros, pelas suas tragédias e comédias, foi considerada desde Aristóteles uma forma de criar empatias sociais e proporcionar uma inteligência emocional das nossas próprias histórias.

Segundo Bruno Bettelheim, os contos fantásticos favorecem o desenvolvimento psíquico e a compreensão dos conflitos pela criança, fornecendo-lhes imagens “com as quais ela pode estruturar seus devaneios e com eles dar melhor direcção à sua vida” (Bettelheim, 2006, p. 16). A biblioterapia (pouco conhecida e menos estudada em Portugal) tem provas dadas nos EUA, em Espanha, em França, na Alemanha, na Argentina ou no Brasil: há muitos estudos que comprovam cientificamente a importância das leituras literárias para a criação de valores empáticos as quais verdadeiramente levam à diminuição de risco, pois, ao provocarem a discussão conflitos humanos de maneira pessoal e convincente funcionam como “portas que se abrem para determinadas verdades humanas” (Coelho, 1991, p. 9).

Este texto pretende divulgar a utilização da literatura infantil enquanto promotora da formação da identidade de crianças marginalizadas, além de fazer uma reflexão sobre como a literatura infantojuvenil desponta a possibilidade de educar para incluir, em vez de criminalizar para excluir.

Prevenir ou repreender a criminalidade?

Partindo do princípio de que a criminologia é uma ciência recente, que tem como função não somente explicar e prevenir o crime, mas também, intervir na pessoa do delinquente, (além de avaliar os diferentes modelos de resposta ao crime, para a sua aplicação), tal ciência torna necessárias “novas profissões: psicólogo, assistente social, criminólogo, educador”. (Albergaria, 1999, p.19). Esta ciência e tais profissões nos permitem atuar na prevenção do crime e não somente na sua repressão, combatendo as suas causas.

Na criminologia, vários são os conceitos de prevenção, mas nos manteremos no que pode ser associado ao papel das instituições de ensino: o ato de prevenir o crime agindo através da educação, sobre vários fatores de sua ocorrência. Neste contexto, se persegue “o objetivo de prevenir ou dispor de maneira que evite dano ou mal, preparando medidas ou providências de antecipação” (Soares, 1983, p. 125). Tal ciência e tais profissões supõem assim, que sejam trabalhadas as origens para que não ocorra a violência. Para tal, é necessário “criar os pressupostos necessários [...] procurando uma socialização proveitosa de acordo com os objetivos sociais” (Molina, 2000, p. 335).

Essas dinâmicas presumem (re)ações positivas, mesmo que não sejam imediatas. Entende-se que o primordial objetivo da prevenção está na eliminação de focos que geram a violência, favorecendo assim, a extinção desta logo na sua origem, impedindo que a mesma evolua. Outra estratégia, a repressão, significa “coibir, proibir por meios policiais ou judiciais a prática de determinados atos, considerados ilícitos penais, através duma reação, exercida de fato em nome do Direito, considerada reação social contra... o crime” (Soares, 1983, p. 138). Estas são portanto, as (re)ações da sociedade em resposta às ações delituosas das pessoas.

Ao falarmos nestas dinâmicas – prevenção e repreensão, as estratégias de órgãos que se utilizam de meios normativos para conter a violência – é fundamental refletirmos sobre os controles sociais, formais e informais.

Partindo do princípio de que controles sociais são o “conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais que pretendem promover e garantir referido submetimento do indivíduo aos modelos e normas comunitárias” (Molina, 2000, p. 120), afirmamos serem os agentes de controles sociais formais, a polícia, a justiça, a

administração, carceragem, etc. Já os agentes de controlos sociais informais são a família, a escola, a profissão, a opinião pública, etc.

Os agentes de controlos sociais informais, mais precisamente a família e a escola, ao utilizar-se da biblioterapia, adquirem (re)ações positivas, contra a criminalidade. As histórias seleccionadas por um ponto de vista biblioterapêutico “podem levar a mudanças, pois ajudam as crianças a enxergar outras perspectivas e a distinguir opções de pensamentos, sentimentos e comportamentos, dando a oportunidade de discernimento e entendimento de novos caminhos saudáveis para enfrentar dificuldades” (Paiva, 2011, p.94).

A repressão ao crime somente por parte do sistema judiciário-policial revela-se pouco eficaz, devido a falta de condições de trabalho desde logo dos juízes ou da polícia, pela quase ausência de motivação afetivas e pela falta de instituições prisionais capazes de absorver os indivíduos infratores. A solução da criminalidade não deve/pode estar no fortalecimento da polícia, até por razões políticas e económicas, porém na maneira competente de prevenção, pois a eficaz prevenção do crime não depende tanto da maior efetividade do controle social formal, senão da melhor integração ou sincronização do controle social formal e informal" (Molina, 2000, p.124).

Porém cabe aqui ressaltarmos, que a abordagem da prevenção dos conflitos associados à violência deve ser interdisciplinar; ou seja “os serviços de saúde mental às instituições da proteção social e os centros de educação formal deveriam se envolver na prevenção" (Ortega; Del Rey, 2002, p. 22). É importante que as instituições de ensino, da área da saúde, de proteção social e também da área da segurança no combate ao crime, tenham a consciência de exercer um trabalho conjunto, agindo sobre suas causas, para que as taxas de criminalidade possam diminuir. Mas sobretudo porque as taxas de integração e coesão social passam aumentar.

Entre o “perfeito” e o “factual”: Qual o verdadeiro papel da escola contra a criminalidade?

Entre as muitas dificuldades em que a escolaridade obrigatória se encontra – falta de material didático, de participação da família, de salários dignos e reconhecimento da importância do trabalho educacional - ela ainda tem a dificuldade de se relacionar afetivamente tanto com a comunidade, dos alunos e nem sempre dos seus

educadores. Infelizmente, a escola “obrigatória” incentiva relações interpessoais conflituosas e o aluno “situado na permanência por tempo prolongado em cenários e sistemas de convivência muito conflituosos, quando não claramente violentos, aumenta, de forma importante, outros riscos sociais, como a tendência ao consumo de produtos nocivos à saúde, hábitos de consumo de fumo e álcool, etc” (Ortega; Del Rey, 2002, p. 22).

As instituições de ensino acabam por não só receber a violência do seu exterior, mas também por alimentá-la, pela dificuldade que tem quer em dar limites, quer em atuar com autoridade. Acabam por se afastar ainda mais de nossos jovens e não os entendem como uma força que podem ser canalizada/orientada por meio do diálogo, do afeto e de uma educação emocional.

A escola acaba por exercer não a sua função preventiva em relação a criminalidade, mas sim a repressiva. Ela é uma rede repleta de regras e normas, que ao serem quebradas, alimentam um autoritarismo ressentido, exercido com muita desenvoltura, sem exposição de limites e sua discussão. Sendo assim, ao centrar-se nas regras e nas penalidades, a instituição de ensino assume-se como repressiva e a violência é inevitável. Mas, então, o que é que os educadores podem fazer para prevenir a violência? O que é que precisam de resgatar como estratégias? As vezes sabemos as respostas, ainda que elas tenham ficado esquecidas no tempo.

Todo o ser humano nasce curioso. E a escola, sendo um ambiente que tem como principal objetivo formar cidadãos críticos e seres humanos “mais humanos”, tem que cultivar um espaço de cultura e de curiosidade permeadas de valores sociais como respeito, justiça, solidariedade, compromisso, igualdade, democracia. Todos esses valores podem ser encontrados por meio de muitas histórias, que transmitem não apenas o conhecimento, mas também que favorecem a formação da identidade de cada indivíduo. E é este também o papel do educador: favorecer esta possibilidade de “encontro” com este tipo de literatura. Os alunos precisam desesperadamente de educação emocional, e até que isso seja formalizado de algum modo em todos os currículos escolares, esperamos que a história terapêutica ou seja, que a biblioterapia possa, em parte, oferecer essa educação. E é sobre esta terapia por meio dos livros, que recebe o nome específico de *biblioterapia*, de que falaremos a seguir.

Biblioterapia: Ciência ou apenas Arte?

A Biblioterapia, implicitamente formulada há milénios, tem sido utilizada por muitas culturas e em épocas diferentes, para fins medicinais, com objetivo terapêutico, desde o antigo Egito, depois também na Antiguidade Clássica e na Idade Média.

Desde a antiguidade, os livros literários, lato senso, têm sido usados para transmitir informações sobre a vida, de geração em geração. A Bíblia foi e ainda é usada para preparar crianças e jovens para a vida, fornecendo consolo e cura espiritual, em determinadas circunstâncias. Portanto segundo Marília Pereira o leitor que está passando por algum momento de sofrimento ou desesperança, e “se volta para a Bíblia a fim de obter palavras de conforto está fazendo Biblioterapia pessoal” (Pereira, 1996, p. 30).

No final do século XVIII, os bibliotecários e educadores, assim como também algumas instituições humanitárias – o Pinel da França, o Chiarugi na Itália e Tuke na Inglaterra - assumiram como atividade recreacional e ocupacional, o que antes era atividade terapêutica. Nesta semelhante concepção, Clarice Fortkamp Caldin (*apud* Shrodes, 1949) cita a definição de biblioterapia feita por Alice Bryan como sendo “a prescrição de leituras que auxiliem a desenvolver maturidade e nutram e mantenham a saúde mental”. Sua teoria é que as pessoas são personalidades integradas e que devem ser educadas emocionalmente e intelectualmente (Caldin, 2001, p. 2).

Até hoje, existem muitas discussões sobre a origem do termo Biblioterapia. Há estudiosos que afirmam ela ter sido utilizada de 1802 a 1853, “na América do Norte [...] em trabalhos relacionando biblioteca e ação terapêutica”. Os médicos americanos afirmavam ser a leitura de livros selecionados e adaptados às necessidades individuais, da época, nomeadamente os que trabalhavam com doenças mentais, “uma das melhores receitas para seus pacientes hospitalizados. (Pereira, 1996, p. 31) ² Com efeito, em 1802, a leitura como recurso terapêutico foi indicada no tratamento para doentes mentais pelo americano Benjamin Rush, considerado o pai da Psicanálise americana. Rush recomendou a biblioterapia como apoio à psicoterapia para idosos e pacientes com conflitos interiores, depressão e medos. O médico americano costumava recomendar

² O interesse aqui cabe, no período de 1853, sobre Biblioteca Pública de Boston, considerada a maior Biblioteca Pública, possuindo um trabalho assistencial o tempo todo.

dois tipos de leituras: “aquelas que fornecem entretenimento, consistindo os livros de viagens, que ele considerava, *extremamente divertidos para os convalescentes e para pessoa confinadas por doenças crônicas*, e a que transmite saber, devendo versar sobre assuntos filosóficos, morais e religiosos.” (Pereira, 1996, p. 31)

Verificou também, que Alves (1982), ao considerar o valor positivo da biblioterapia nas prisões, considerava necessário à (re)educação do recluso, o direito a leitura como fonte de cultura e informação e como fator de auto ajuda na questão do *stress* provocado pela perda de liberdade. Juntou o trabalho e o lazer - terapia convencional e biblioterapia - tendo como parceria: o trabalho do bibliotecário, do psicólogo e de assistente social.

Por essas razões, a biblioterapia, utilizada em hospitais sob orientação de profissionais na área da saúde, a partir de 1904, passaria a ser compreendida como ramo da biblioteconomia, alargando-se então os critérios numa experiência de biblioterapia com resultados positivos, e de grande divulgação.

Mas, no século XX, mais precisamente a partir de 1930, a biblioterapia começou a ser compreendida e valorizada também como ciência e não apenas como ramo da Biblioteconomia. Assim, a biblioterapia foi ganhando mais credibilidade, sendo considerada um fértil campo de pesquisa e de atuação profissional, no âmbito clínico: (Biblioterapia clínica) e não somente no âmbito educacional: (Biblioteconomia).

É essa a definição dada ainda hoje por Ferreira, que opões assim, dois tipos básicos de biblioterapia:

Biblioterapia clínica. Destinada a las personas con serios problemas de comportamiento social, emocional, moral etc. Su aplicación se produce básicamente en instituciones de salud como hospitales, clínicas, y organizaciones de salud mental. Su aplicación se lleva a cabo através de programas estructurados, en los que participan psicoterapeutas, médicos y Bibliotecarios. Su objetivo es lograr que los pacientes modifiquen sus actitudes y comportamiento, consiguiendo la solución o mejora del problema de comportamiento presentado.

Biblioterapia para el desarrollo personal. Se define como el apoyo literario personalizado para posibilitar un desarrollo normal y progresivo de la persona que busca ayuda. Puede ser aplicada en carácter preventivo y correctivo. También puede ser usada bajo la forma de tratamiento de grupo. Este tratamiento se aplica principalmente en escuelas, Bibliotecas públicas y centros comunitarios o religiosos, asumiendo el Bibliotecario el rol de educador. El uso de libros para influir en el desarrollo de la

personalidad es un proceso de interacción entre el lector y la literatura.
(Ferreira, 2003, p. 66)

Nos anos 40, 50 e 60 foram publicadas revelantes pesquisas sobre a Biblioterapia. O termo Biblioterapia só porém terá sido definido pela primeira vez em 1941, no *Dorland's Illustrated Medical Dictionary*, como “O emprego de livros e sua leitura no tratamento de doenças mentais” (Ratton, 1975, p. 198). Posteriormente a esta data, já em 1961, o termo aparece pela primeira vez num dicionário não especializado, o *Webster's Third Internacional Dictionary* apresentou a biblioterapia definida como o “uso de material de leitura selecionada, como adjuvante terapêutico em medicina e psicologia”, além de ser um “guia na solução de problemas pessoais através da leitura dirigida” (*apud* Ratton, 1975, p. 199).

A bibliografia abrange pois, muitos aspectos e compreende pelo menos três momentos: escolha e uso de narrativas conforme as necessidades dos pacientes/leitores, administração da terapia com base em comentários de leituras da obra e avaliação dos resultados.

No entanto, o contexto claro de Biblioterapia foi sendo considerado redutor. E hoje é comum seu uso na educação de crianças e adultos, ainda que não em situação de conflito ou depressão. Em geral, o seu valor é incontestável no mundo acadêmico. De acordo com Angela Ratton a utilização desta terapia com base na leitura dirigida, [...] aceitam-se como terapêuticas todas as influências benéficas da leitura espontânea, feita na vida diária com propósitos recreativos, assim como na educação sistemática”. (Ratton, 1975, p. 200)

Torna-se, no entanto, necessário destacar aqui que a Biblioterapia tenha surgido num ambiente hospitalar, como ficou entretanto comprovada com sua abrangência. Ela pode ser aplicada não só nos hospitais, nas prisões, nos asilos, e no tratamento de banais problemas psicológicos, em crianças, jovens, adultos deficientes físicos, doentes crônicos e viciados ou gente comum, mas em todos os processos de socialização.

Usamos as informações de Caldin (2001). Carolina Shroedes (1949) testemunhava já um claro alargamento do público visado. Afirma que Moore utilizou o método biblioterapêutico como tratamento de jovens delinquentes, tinha até sido já com avaliação positiva.

Fernández Vasquez (1989) realizava no Brasil, um trabalho biblioterapêutico para idosos em um lar de terceira idade, proporcionando-lhes leitura de textos ficcionais em sessão de leitura em grupo e individual. Vasquez mostrou através de sua experiência, a importância da atividade terapêutica aos idosos. Por meio de um programa de leituras dirigidas, despertou o prazer da leitura e a melhora no quadro psíquico e mental dos leitores escolhidos. Fernando Vasquez propunha conseqüentemente, a implantação de um programa contínuo de biblioterapia aos residentes do lar, pois obteve como resultados em sua avaliação, uma considerável diminuição da ansiedade e tristeza dos idosos estudados, posteriormente as sessões de leitura dirigida.

No que diz respeito a aplicabilidade da biblioterapia “no contexto escolar”, o uso da biblioterapia nas instituições de ensino é defendida por Kircher, pois acredita no alívio psicológico por meio do vivenciar das emoções das personagens, mesmo que a leitura de imediato, não produza alguma reação, e que esta venha posteriormente. Shrodes (1949), como método para a pesquisa clínica experimental da biblioterapia, aplicou a pesquisa de casos individuais, utilizando os fundamentos holísticos de psicologia dinâmica. Os indivíduos selecionados eram cinco estudantes de Comunicação Básica – que foram amostra do estudo, sendo que um deles passou a receber atenção especial, devidas as suas “reações respostas” à biblioterapia. Tal estudo explorou a teoria e prática da biblioterapia em indivíduos saudáveis.

Portanto, o conceito de biblioterapia abrange hoje toda e qualquer terapia justificando assim, os dois termos gregos que a constituem: “*biblion* (todo o tipo de material bibliográfico ou de leitura) e *therapeia* (tratamento, cura ou restabelecimento) (cf. Paiva, 2011, p. 90).

Podemos definir biblioterapia, como um conjunto de estratégias de leituras que contribuem para o desenvolvimento da maturidade, além de oferecer e manter a saúde mental (apud Shrodes, 1949). Na prática de biblioterapia há a preocupação geral em proporcionar ao público alvo textos que estimulam a alegria, o prazer, a descontração e elementos essenciais ao bem estar do leitor.

A biblioterapia é uma terapia não impositiva. E esta é uma questão igualmente central para a sua definição. Os suportes de leituras (sejam eles romances, poesias, contos, peças de filosofia, ética ou religião) que contenham elementos da ficção

estimulantes, são narrativas com lacunas que têm de ser preenchidas por meio da fantasia, imaginação e emoção dos leitores. “A escuta dessas histórias, o uso dos diferentes gêneros textuais para o aquecimento e reflexão, [...] bem como para as questões culturais e existenciais que as histórias trazem [,] têm favorecido muito o levantamento dos problemas” (Vassimon, 2012, p. 63).

Na biblioterapia são apresentados textos com dilemas fortes (mas com final feliz, entremeados de humor) ou relatos do cotidiano (que são também instigantes). Já para as crianças, “o discurso literário abre perspectivas para a percepção do mundo do ponto de vista da infância, traduzindo então suas emoções, seus sentimentos, suas condições existenciais em linguagem simbólica que efetue a catarse” (Yunes e Pondés, 1988, p. 47).

Portanto, a história considerada também como um jogo é sempre o ponto de partida, pois o escritor ao apresentar ações e personagens, além de estimular a curiosidade e a imaginação, também brinca com o leitor. E a imaginação é agitada pelo jogo entre leitor/escritor, cujo efeito estético motiva a relação de cuidado. Em relação a este efeito estético, dizemos que “o autor e o leitor participam portanto de um jogo de fantasia; jogo que sequer se iniciaria se o texto pretendesse ser algo mais do que uma regra de jogo” (Iser, 1999, p. 10). A leitura (sendo jogo) transforma-se em prazer oferecendo possibilidades terapêuticas.

Apoia-se portanto, a possibilidade de, por meio do texto literário, desencadear não somente o prazer estético, como também conferir uma função terapêutica à leitura de textos destinados à criança.

A importância da leitura destes textos é o estímulo da imaginação do leitor, que o possibilita viajar por caminhos nunca conhecidos, além de despertar soluções nunca antes pensadas, auxiliando assim o leitor, a se descobrir e se reafirmar. (Vassimon, 2012, p. 63).

Para muitos leitores, as experiências vividas em determinados personagens podem constituir medidas preventivas contra sentimentos como a ansiedade, o medo, o isolamento, a falta de identidade, entre outros. A leitura de determinados contos contribui para a construção mental da criança e do jovem, pois não estão a limitar a expansão de seus horizontes, da sua identidade, de confiança, mas, pelo contrário, a desenvolver também a coragem para enfrentar os obstáculos da vida. O dinâmico

diálogo entre texto/leitor estimula a reflexão dos sentimentos e das ideias, além da identificação com a própria identidade. No processo de uma autorreflexão e na tentativa de se compreender com base nas emoções proporcionadas por tal leitura, permite que o leitor examine os seus próprios problemas. Ou, seja, “quando um leitor é estimulado a comparar suas ideias e seus valores com os outros, poderá resultar em mudanças de atitudes” (Seitz, 2000, p.24).

A Biblioterapia e a literatura Infantil: Ajustando o emocional e resgatando os valores

Os estudiosos garantem e sublinham a importância para a criança em ouvir histórias. Estas asseguram o desenvolvimento da identidade da criança, visto ser por meio delas que se abrem possibilidades para que ela treine e experimente os seus papéis na sociedade. Os contos transportam-na para situações reais e colocam-na dentro das aventuras narradas. Assim, as crianças desenvolvem reflexões, sentimentos e a imaginação e, por outro lado, contactam com situações que só vivenciarão na vida adulta. Segundo Bruno Bettelheim, a sabedoria “é construída, passo a passo, a partir das origens mais irracionais. Só na idade adulta é que uma compreensão inteligente do sentido da experiência de cada um neste mundo se pode obter, a partir das experiências vividas” (Bettelheim, 2006, p. 09).

Para além do prazer e dos aspectos lúdicos, os contos maravilhosos têm um papel de grande importância simbólica, visto proporcionarem o desenvolvimento criativo e uma personalidade saudável na criança. Este tipo de contos maravilhosos é muito importante, pois “o que neles parece apenas infantil, divertido ou absurdo, na verdade carrega uma significativa herança de sentidos ocultos e essenciais para a nossa vida” (Coelho, 1982, p. 09).

Os tradicionais contos de fadas despertam emoções e, de forma lúdica, tratam as angústias existenciais. Como por exemplo, a necessidade de ser amado, o desprezo por sofrer o preconceito, tal como o *Patinho Feio*. A rivalidade e a competição com a mãe bem expressas em *Branca de Neve*. O abandono e a solidão, em *João e Maria*. Os caminhos e os descaminhos no processo de humanização, como podemos ver em *Pinóquio*. A menina provocadora que se defronta com o mundo, em *Chapeuzinho*

Vermelho, etc. Qual um caminho mágico, a história conduz a inteligência e a sensibilidade da criança e, assim, favorece a sua formação. Nesse campo, para que não se pense que a única fonte da biblioterapia é o conto popular recolhido por Perrault ou os Irmãos Grimm, como não recordar o grande escritor universal e imortal, Andersen. Como exemplo, a empatia com as crianças abandonadas, como *A Menina dos Fósforos*, *O Boneco de Neve*, *As Cegonhas*, *Mindinha*, *O Rouxinol*, entre tantos outros.

Atualmente ainda existem autores contemporâneos de contos maravilhosos que mantém essa mesma preocupação: escrever histórias terapêuticas que auxiliam-nos como trabalhar com problemas vigentes, os quais despertam muita preocupação, tanto aos pais, como aos educadores, como o *bullying*, a injustiça social, o preconceito, entre outros. O mesmo se passa com autores de língua portuguesa como Monteiro Lobato, Aquilino Ribeiro, Torga, Sophia de Mello Breyner, Ana Luísa Amaral e Lygia Bojunga. E depois autores de literatura dita “infantojuvenil”, como Alice Vieira, Ana Saldanha ou António Torrado. *A rosa que não queria ser azul* (2011), de Sirlene Cristóvão, por exemplo, é a história de Cristal, uma menina atenta à tudo que tem o desejo de ser diferente do que é, para assim, ser aceite entre as outras crianças mais favorecidas. Ela encontra a solução através de seus devaneios, por meio de sua rica criatividade, que consegue ao longo do enredo “colorir o mundo” com a sua própria imaginação. O conto nos auxilia a trabalhar com a inclusão de crianças que se sentem marginalizadas em seu “pequeno grupo”. Ora, numa sociedade onde as questões de preconceitos ainda se fazem presentes em todos os espaços, é possível constatar que são as crianças de bairros e comunidades mais carentes, as grandes vítimas da desigualdade no ambiente escolar.

Podemos dizer que essas narrativas projetam acontecimentos e problemas psicológicos, veiculados pelas imagens e ações das personagens. Estas são capazes de auxiliar o leitor a compreender e aprender a lidar com o que se passa dentro de seu inconsciente. Liana Trindade e François Laplatine (1996) afirmam que a imaginação pode ser entendida como tudo o que não é real, ou seja, um mundo oposto à realidade concreta, produtora de devaneios e de imagens que explicam e permitem a evasão fora do quotidiano. A necessidade de compreendermos a realidade assenta no desejo de verdade, e, tal é possível na construção de sua imaginação. Podemos dizer que o imaginário reconstrói o real e atua como uma “imaginação contraventora” do presente. Neste sentido, a literatura é sem dúvida, uma das mais valiosas conquistas do homem,

pois, por meio dela, pode conhecer-se, transmitir e comunicar a aventura da própria existência humana. Quaisquer que sejam os contatos que a criança estabelece com esse mundo, eles são mediados pela linguagem que representa um importante fator para a verbalização da consciência. Graças a ela, a realização social se produz, ganha vida e evidência.

Podemos afirmar que a criança realiza “um *faz de conta*, na fuga do cotidiano para a construção do seu mundo ideal. *Era uma vez ...* é o abre-te sésamo na história da vida do homem” (Carvalho, 1982, p. 223). Portanto, privar a criança do encanto da fantasia e do imaginário é suprimir toda a riqueza do seu mundo interior. Para que tal não aconteça é necessário saber escolher e oferecer às crianças as histórias que leem ou ouvem. Assim sendo, torna-se imprescindível que o adulto conheça a literatura que melhor se identifica com elas. Deve ele preocupar-se com as influências que os contos infantis exercem sobre a mente da criança e, também, com as respectivas consequências que daí poderão advir quando adulta.

A criança, pelo fato de ser por natureza muito criativa, necessita de material sadio para assim poder organizar o seu “*imaginário*” e o seu universo mágico, lugar onde ela cria e destrói, ou seja, onde constrói, onde realiza tudo aquilo que deseja. A biblioterapia acredita que a criança, por meio do seu imaginário - que os contos infantis despertam -, tem a capacidade de corrigir tudo o que considera errado. A imaginação revela-se uma fonte de libertação, uma maneira eficaz de permitir e conquistar a liberdade. Segundo Nelly Novaes Coelho, “de todas as formas de expressão de que o homem dispõe para dar forma às suas vivências e experiências [...] a Literatura é a das mais eloquentes, devido a amplitude de seus recursos expressivos” (Coelho, 1982, p. 04).

Convém salientar aqui que o importante na literatura infantil é despertar na criança todos os aspectos intelectuais, até desde o racional e o emocional, passando pelos aspectos individuais ou sociais.

De acordo com a psicanálise, no inconsciente se gera uma fusão psíquica que as angústias e satisfações refletem. A interpretação torna-se, assim, um processo psicológico em que o símbolo (no que tem de racional e de emotivo) possui lugar de destaque. Desse modo, é estabelecida uma ponte entre o consciente e o inconsciente as

ciências cognitivas, visto a cognição corresponder ao tratamento de informação simbólica.

Os símbolos são representações do inconsciente. Os psicanalistas preocupam-se em não perder de vista os símbolos dos contos de fadas, visto serem como que o prolongamento e continuidade dos símbolos nos antigos mitos. É que os símbolos revelam o inconsciente e o consciente, tendo uma valiosa importância na “psiché”. Eles refletem a falsa dualidade da alma humana, nas suas angústias, insatisfações e tristezas, mas também nos seus prazeres e nas suas alegrias. Eles são construídos pela persistência da memória. Os estudiosos deste ramo de saber sublinham que o ser humano carrega, no seu interior, todas as lembranças de ações e de imagens passadas. As existências de tais figurações no inconsciente ficaram conhecidas como *reminiscências ancestrais*. Nada é esquecido pelo símbolo.

A vida da criança é muitas vezes confusa, por isso, ela necessita de algo que lhe dê possibilidade de compreender a si mesma e ao mundo complexo em que vive. Para isso, é preciso fornecer-lhe condições para que encontre um sentido coerente para seus sentimentos. Justamente pelos contos de fadas, ela conseguirá atingir tal feito, servindo-lhe estes de modelo.

Bruno Bettlheim adverte-nos que toda a criança necessita ter referências mesmo que seja de uma forma simbólica, o que lhe poderá fornecer elementos de como lidar com estes problemas para chegar à maturidade com um mínimo de risco. Tanto o bem, quanto o mal encontram-se onnipresentes nos contos maravilhosos ao contrário do que acontece em alguns contos modernos infantis. Muitos contos modernos, destinados a crianças, evitam hoje os problemas existenciais, mesmo sendo estes questões cruciais para o desenvolvimento emocional. Ora, essa dicotomia é indispensável.

Torna-se pois importante quer, no processo de inclusão de crianças se saibam escolher os livros que a podem ajudar, ainda ou sobretudo, quando a faz parte dos livros que se oferecem às crianças são de autores contemporâneos. Não basta ser recente para ser atual. Não basta ser antigo, para ser eficaz.

Na narrativa infantil contemporânea alguns autores estabelecem uma comunicação natural com as crianças, nomeadamente por meio da linguagem coloquial. Esses autores devem possibilitar, com naturalidade, a formação afetiva, cognitiva e

emocional, da criança. As personagens infantis, quando agentes da narrativa, possuem o dom de desencadear uma realidade imaginária e de veiculativa a revelação de seus conflitos interiores, gerando-se, deste modo uma cumplicidade com o jovem leitor.

Ao entrar no universo imaginário, a criança deve poder dominar os seus conflitos interiores, os seus problemas emocionais e ser capaz de ultrapassar a dependência da idade ou da mente, caminhando assim para uma valorização pessoal e individual. Só assim os contos maravilhosos ou não, aparecem como “ portadores de mensagens importantes para o psiquismo consciente, pré-consciente ou inconsciente, qualquer que seja o nível em que funcione” (Bettelheim, 2006, p. 12). Porque lidam com os problemas universais e falam ao ego da criança.

Assim, pela intuição, a criança compreenderá que as narrativas maravilhosas, embora irreais, não são falsas, pois os fatos aí narrados assemelham-se aos que ela enfrenta no quotidiano e nas suas experiências pessoais. Dessa forma, quer as narrativas de há séculos atrás, quer as mais contemporâneas, têm um importante papel a desempenhar na inclusão da criança “problemática” e no desenvolvimento da “criança – como- problema”. Todas elas a auxiliam e a ajudam a encontrar o verdadeiro significado da vida: Todo o problema tem uma solução.

Na prática de biblioterapia, a criança ensaia a construção de uma personalidade sadia. E a biblioterapia ajuda inevitavelmente a sociabilização, troca de experiências e inserção no grupo. Ela permite os ajustes emocionais: o leitor, enfrentando problemas e situações semelhantes, experimenta a introspecção, estabelecendo um paralelo entre si e o “carácter” demonstrado, passando pela catarse que induz à uma mudança positiva e ao crescimento pessoal. Dizemos que o valor da palavra, da palavra escrita, outorga liberdade e poder, criando “pessoas iluminadas”.

Referências

ALBERGARIA, Jason. *Noções de criminologia*. BH: Editora Mandamentos, 1999.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Lisboa: Editora Bertrand, 2006.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. *Literatura Infantil: Estudo*. São Paulo: Editora Edart, 1982.

COELHO, Nelly Novaes. *A Literatura Infantil: História, Teoria, Análise*. São Paulo: Editora Global, 1982.

CRISTÓFANO, Sirlene. *A rosa que não queria ser azul*. Rio Grande do Sul: Ed. Alternativa, 2011.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário?* Col. Primeiros Passos, São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

MOLINA António Garcia-Pablos. *Criminologia*. SP: Editora Revista dos Tribunais., 2000.

ORTEGA, Rosario; Del Rey, Rosario. *Estratégias Educativas para a prevenção da violência*. Brasília: Ed. Unesco, 2002.

SOARES, Orlando. *Prevenção e repressão da criminalidade*. RJ: Ed. Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1983.

Webgrafia

Disponível em: «<http://www.angela-lago.com.br/>». Acesso em: 15 de Maio de 2005.

Disponível em: «<http://caracol.imaginario.com/estorias/>». Acesso em: 02 de Maio de 2005.

Disponível em: «<http://www.night.net/tucker/>». Acesso em: 02 de Março de 2004.

Disponível em: «<http://www.querido.org/guidaq/>». Acesso em: 31 de Outubro de 2003.

Disponível em: «<http://www.ukchildrensbooks.co.uk/>». Acesso em: 29 de Maio de 2009.

